

## Editorial

A educação escolar indígena é o tema deste número da Revista *Práxis Educativa*, que reúne textos de pesquisadores de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras dedicados ao estudo e à pesquisa de aspectos da educação bilíngue e intercultural e de questões relativas à escola, à presença indígena no ensino superior e às representações sobre os povos indígenas que se constituem e adquirem relevo em diferentes âmbitos da cultura.

Atualmente a temática indígena assume grande relevância e uma gama de novas pesquisas têm sido conduzidas, estimuladas, em parte, pelas políticas internacionais de reconhecimento da diversidade cultural, e em parte, pelas políticas públicas nacionais de ação afirmativa e de inclusão. Amplia-se e consolida-se um campo de debates interdisciplinares, o que também contribui para aumentar a participação dos próprios indígenas nas discussões e na definição de caminhos para assegurar uma educação escolar de qualidade e a ampliação do acesso à educação básica e superior.

Denota-se a atualidade da questão indígena também nas formas como esta vem sendo incorporada aos currículos escolares, impulsionada por mudanças em dispositivos legais do campo da Educação como, por exemplo, a Lei 11.645/2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena. Tal fato tem implicações para o ensino superior, visto que coloca à universidade, particularmente aos cursos de licenciatura, a demanda de uma formação específica para a abordagem de temas relativos à presença histórica e atual dos povos indígenas no País.

Tratando-se de ações de fomento, vale destacar a iniciativa da Capes/INEP com o Programa Observatório da Educação, fomentando estudos de mestrado e doutorado voltados a esta temática em diferentes regiões do Brasil, ampliando assim as possibilidades de acesso de professores e estudantes indígenas a grupos de pesquisa, o que favorece a consolidação de políticas de formação acadêmica e de investigações voltadas especificamente às demandas e necessidades de diferentes contextos sociais e culturais.

As reflexões apresentadas nos artigos aqui reunidos compartilham do pressuposto de que é necessário avançar na direção de consolidar uma política de educação escolar indígena que responda aos anseios dos povos a quem ela é endereçada. Assim, não se trata apenas de aceitar e divulgar a temática indígena ou do mero acolhimento de estudantes indígenas em diferentes níveis de ensino, mas principalmente, de uma urgente discussão sobre as formas de produção de conhecimento sobre os processos de dominação e discriminação ainda vigentes e sobre as condições necessárias para que os povos indígenas possam desenvolver políticas de educação escolar viáveis, e entre essas condições, as

pesquisas reunidas nesta seção temática reiteram a necessidade de garantir a esses povos suas terras tradicionais.

Considerando-se a produtividade da temática, o objetivo do presente número especial é colocar em discussão o entrecruzamento entre políticas públicas, políticas culturais e lutas indígenas vinculadas à educação, destacando-se, nos artigos selecionados, diferentes aspectos implicados nesta articulação.

Seguindo a linha editorial da Revista, o artigo de Ruth Paradise é uma tradução do texto originalmente publicado em inglês (*Interactional Style and Nonverbal Meaning: Mazahua Children Learning How to Be Separate-But-Together*), o qual se constitui em importante contribuição para os estudos da área no Brasil. No artigo, a pesquisadora do DIE-CINVESTAV/México descreve a aquisição, pelas crianças Mazahua, de um estilo interacional “separado-mas-junto”, em que operam diferentes sistemas de comunicação, ensino e aprendizagem indígena por meio da linguagem não verbal. A apreciação dos significados não verbais contribui para o conhecimento sobre a natureza dos estilos interacionais definidos culturalmente e seu impacto no ensino em sala de aula.

O artigo de Virginia Unamuno, *Gestión del multilingüismo y docencia indígena para una educación intercultural bilingüe en la Argentina*, apresenta e discute os resultados de uma pesquisa sociolinguística sobre Educação Intercultural Bilingue (EIB) na Argentina identificando alguns elementos que permitem compreender o papel das línguas nos processos sociais que envolvem populações indígenas e evidenciando a distância entre a política de educação intercultural bilingue e os significados que esta adquire nas práticas das salas de aula.

O artigo de Isis Aline Vale Teixeira e Ana Maria Rabelo Gomes, *A escola indígena tem gênero? Explorações a partir da vida das mulheres e professoras Xakriabá*, analisa o processo de escolarização e letramento entre os Xakriabá, no Norte de Minas Gerais a partir de um recorte de gênero que apresenta dados da escola indígena e descrições de aspectos da vida cotidiana do grupo. As autoras demonstram que, apesar dos pontos de convergência entre a escola indígena e a escola não indígena no que tange à melhor progressão escolar das mulheres e à feminilização do magistério, observam-se diferentes significados atribuídos ao processo de escolarização e letramento, pois se instalam em contextos com dinâmicas sociais, culturais e econômicas específicas.

O artigo de Carlos Humberto Alves Corrêa, Elciclei Faria dos Santos e Rosa Helena Dias da Silva, intitulado *Quando os (as) alunos (as) já são professores (as): estágio, pesquisa e prática docente na formação de professores (as) indígenas*, discute o estágio no Curso de Formação de Professores Indígenas da UFAM-AM enquanto um dos principais desafios da formação de professores indígenas em nível superior, entendido como um espaço/tempo de reflexão e ação sobre a realidade escolar e o exercício da docência.

O artigo de Claudia Pereira Antunes e Maria Aparecida Bergamaschi, *Formação de professores indígenas numa perspectiva intercultural*, aborda a formação de professores indígenas e tem como cenário as ações que envolvem docentes, lideranças Kaingang e gestores dessa política no Estado do Rio Grande do Sul. O artigo de Antonio Jacó Brand e Valéria Aparecida Mendonça de Oliveira Calderoni, *Território e saberes tradicionais: articulações possíveis no espaço escolar indígena*, trata das interferências dos processos históricos de desterritorialização e confinamento territorial entre os índios Kaiowá e Guarani em MS na produção e ressignificação dos seus conhecimentos/saberes tradicionais, além das possíveis dificuldades no seu eventual trânsito para os espaços escolares. Adir Casaro Nascimento, no artigo *Os processos próprios de aprendizagem e a formação dos professores indígenas*, tendo como referência a criança indígena, aponta a necessidade de se construir novos aportes teóricos e pedagogia(s) que deem visibilidade a lógicas epistêmicas locais produzidas pela “colonialidade do poder” as quais se fazem diferentes da lógica dominante ocidental no processo de formação de educadores indígenas.

A discussão sobre os indígenas no Ensino Superior foi feita por Mariana Paladino, no texto *Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior*. Com base em estudos de campo e em documentos, a autora apresenta um panorama da situação da educação superior indígena no Brasil, focalizando políticas públicas implementadas pelo Estado e programas de ações afirmativas de universidades federais e estaduais. Wagner Roberto do Amaral e Tânia Maria Baibich, com o texto *A política pública de ensino superior para povos indígenas no Paraná: trajetórias, desafios e perspectivas*, abordam o ingresso e permanência de estudantes indígenas nas instituições de Ensino Superior públicas do Paraná, demonstrando que a permanência desses sujeitos somente se faz possível mediante a efetivação de um duplo pertencimento: o acadêmico e étnico-comunitário.

O artigo de Iara Tatiana Bonin e Edgar Roberto Kirchof intitulado *Entre o bom selvagem e o canibal: representações de índio na literatura infantil brasileira em meados do século XX*, apresenta uma reflexão sobre o modo como são construídas representações sobre índios nas obras de ficção infantil que circularam de forma expressiva entre 1945 e 1965. O corpus da análise é composto por romances infantis nos quais o índio figura como protagonista ou como importante personagem. Os autores evidenciam que o índio é representado de forma dicotômica: de um lado é um bom selvagem, que pode ser domesticado, e de outro é um canibal, perigoso e violento. Os autores afirmam que as principais referências literárias para a construção dessa dicotomia presentes nas obras do período se fundamentam no cânone da literatura brasileira endereçada aos adultos.

O texto *Educação e religião Guarani no Paraná: estudo a partir do ritual Nimongarai*, de Rosângela Célia Faustino, analisa as políticas de diversidade cultural elaboradas pelos organismos internacionais nos anos de 1980 e 1990. Discute aspectos da situação histórica e educacional dos Guarani Nhandewa no Paraná e apresenta resultados de um projeto de revitalização cultural desenvolvido por meio do registro de narrativas dos velhos, do ritual de batismo *Nimongarai* e de intervenções pedagógicas em escolas indígenas Guarani no Paraná.

O texto de Cibele Krause-Lemke, intitulado *O discurso da diversidade linguística em textos acadêmicos*, discute as concepções de língua e de identidade subjacentes a textos acadêmicos sobre aquisição e/ou ensino de línguas, buscando compreender de que forma língua e identidade se imbricam na construção de uma política linguística, tendo como parâmetro a situação multilíngua do Brasil.

A resenha elaborada por Maria Simone Jacomini Novak aborda questões referentes ao ensino superior indígena na América Latina; e a elaborada por Keros Gustavo Mileski e Paulo Caldas Ribeiro Ramon refere-se à publicação dos resultados de um trabalho desenvolvido na área de Educação Física, coordenado por Beleni Saléte Grandó, que apresenta práticas pedagógicas e experiências desenvolvidas em sala de aula junto a grupos indígenas.

Este número especial é dedicado a Antonio Jacó Brand, um dos autores deste número da revista, o qual faleceu no dia 3 de julho de 2012, em reconhecimento pela sua dedicação, esforço intelectual e militância, por quase quatro décadas, na luta pelos direitos dos povos indígenas. Ressaltamos sua marcante atuação durante a Assembleia Nacional Constituinte, nos anos de 1987 e 1988. Na ocasião Brand era Secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário e desempenhou valioso papel de articulação e assessoria de movimentos de luta indígena. Nos últimos anos lecionou no Departamento de História da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande (MS), contribuindo decisivamente na formação de novos pesquisadores, na consolidação de um campo próprio de investigações científicas sobre a temática indígena e na circulação de informações politicamente relevantes, sustentadas em pesquisas consistentes e contínuas junto ao povo Guarani-Kaiowá. A frequente presença deste renomado pesquisador nos principais fóruns de discussão sobre a questão indígena constituía-se sempre em oportunidade para demonstrar seu compromisso político, seu rigor acadêmico e sua ousadia intelectual.

Ana Maria Rabelo Gomes – UFMG/MG

Iara Tatiana Bonin – ULBRA/RS

Rosângela Célia Faustino – UEM/PR